

**Título do capítulo**

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E POLÍTICAS DE EVENTO

**Autores(as)**

Frederico Augusto Barbosa da Silva

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-008-0/cap1>

**Título do livro**

POLÍTICAS PÚBLICAS, ECONOMIA CRIATIVA E DA CULTURA

**Organizadores(as)**

Frederico Augusto Barbosa da Silva  
Paula Ziviani

**Volume**

-

**Série**

-

**Cidade**

Brasília

**Editora**

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Ano**

2020

**Edição**

-

**ISBN**

978-65-5635-008-0

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-008-0>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E POLÍTICAS DE EVENTO

Frederico Augusto Barbosa da Silva<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Novo panorama tem se desenhado na gestão cultural brasileira nas últimas décadas, com criação de novos conceitos e práticas. Nesse quadro, os eventos têm ganhado destaque, mas sem reflexão sistemática sobre sua importância econômica, social e política. Os eventos fazem parte das políticas culturais, mas muitos preconceitos ainda pairam sobre eles. No entanto, os eventos são ferramentas que auxiliam as políticas públicas na dinamização de setores importantes da economia da cultura e dos mercados simbólicos, gerando impactos nos vários setores e na cultura como um todo.

Este texto tem como propósito apresentar uma reflexão sobre criatividade e economia que orientem pesquisas empíricas que relacionem evento e economia criativa e, mais amplamente, economia da cultura. Sua primeira parte tem por base o Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014, o qual é aqui atualizado (Silva, 2012). A segunda parte indica elementos importantes a serem pesquisados para melhor conhecimento de parte importante da economia da cultura e da economia criativa, que fazem parte das políticas públicas.

Em primeiro lugar, questionamos a economia criativa no tocante à sua natureza e ao seu estatuto. Consideramos a multiplicidade da economia criativa e as suas articulações com as dinâmicas e as transformações culturais que acontecem nas estruturas produtivas. Nesse caso, a economia criativa é um fenômeno total (cultural, político, econômico, tecnológico etc.), mas é especialmente um fenômeno relacionado aos mercados. O segundo pilar centra a abordagem nos contextos institucionais, nos espaços que delimitam o que acontece, nos ritmos, nas direções, em como são concebidas, modeladas e organizadas as dinâmicas culturais.

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea; professor de pós-graduação, mestrado e doutorado em direito e políticas públicas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); e coordenador das pesquisas realizadas no projeto Políticas Públicas, Economia Criativa e da Cultura. *E-mail*: <frederico.barbosa@ipea.gov.br>.

A movimentação por esses dois pilares pressupõe que a economia criativa seja alvo de uma reflexão típica de política pública. Desse ponto de vista, não é razoável tomar a economia criativa como um objeto sobre o qual é necessário se debruçar para descrever as infinitas facetas, mas um conjunto formado por múltiplos dinamismos culturais e econômicos em direção aos quais é necessário estender a vontade política, selecionando, demarcando e estabelecendo objetivos e instrumentos de ação.

## 2 CRIATIVIDADE E ECONOMIA

Na economia criativa, interagem agentes econômicos diversos e se projetam as várias esferas da atividade social. Nela se cruzam lógicas de ação, de produção e difusão simbólicas diferenciadas. A economia criativa é um conceito que tem as margens borradas. Todos sabem o que é, mas quando indagados, a certeza desaparece. Certamente o conceito nasce da vontade política. O aproveitamento intencional da economia criativa para gerar desenvolvimento, capacidades, renda e trabalho é comum a qualquer tentativa de conceptualização e às experiências mais conhecidas. Reduzir as desigualdades e promover a diversidade também são fermentos desse bolo. Tudo isso se amalgama aos objetivos de inserção de produtos e produtores nos mercados nacionais e internacionais, e também de promoção dos intercâmbios comerciais e tecnológicos, dinamizando e articulando mercados simbólicos. A esses intercâmbios se agregam questões relativas às identidades culturais e às ações de caráter lúdico e pedagógico, festivas e celebratórias. A economia criativa é múltipla e multidimensional, mas o que a caracteriza?

Entre os cientistas sociais, especialmente antropólogos, sociólogos e historiadores, a economia é uma categoria ideológica que se autonomiza ou ganha precedência valorativa sobre as demais em contextos sociais e culturais específicos (Dumont, 2000). Para Pierre Bourdieu (2002), a autonomia do campo cultural é uma representação social com forte poder de organizar as ações e as lutas simbólicas, mas é datada e localizada. Para Karl Polanyi (1980), a ideia dos mercados regulados, ficção que permite a teorização formal da economia, é uma produção histórica e institucional circunstancial que ganhou vida nas teorias econômicas. A economia criativa não poderia fugir à regra. Localizada e datada, serve a diferentes usos e senhores. Mas não é de todo inútil tentar conceituá-la. A navalha de Ockham ainda tem fio. Vejamos como ela pode cortar.

A cultura tem uma relação difícil com a economia. Os agentes culturais sublimam a ideia de interesse econômico material em nome da estética pura, das produções do espírito e da liberdade criativa. A cultura não tem preço. A genialidade criativa justifica qualquer custo. A vida comunitária é enriquecida com as criações culturais. Ao lado disso, há necessidade de entender a cultura e relacioná-la com a segurança ontológica, como um modo de ser e se relacionar com o mundo e com

a comunidade. Esse modo de ser se relaciona com capacidades subjetivas e com condições materiais de vida.<sup>2</sup>

Por sua vez, a economia é múltipla, mas convive com a ideia de uma distribuição virtualmente justa de recursos, e mantém uma relação cheia de nuances com a cultura. Os agentes econômicos ressaltam que toda vida humana, por mais criativa que seja, faz uso de recursos materiais para a satisfação de utilidades individuais e coletivas. O uso adequado de recursos escassos responde, em parte, aos ideais de boa vida. Por seu turno, os economistas devem fazer o esforço de entender a cultura não como um conjunto de bens e serviços distribuídos pelos mercados e pelo Estado, mas como um recurso simbólico que auxilia os indivíduos e as comunidades a ultrapassarem dificuldades e inconvenientes da existência.

Mais concretamente, a economia criativa, do ponto de vista das políticas culturais, ainda tem contornos indefinidos. Em muitos casos, a economia criativa é relacionada com a economia do conhecimento e com as necessidades estruturais de desenvolvimento (aumento de produtividade da economia, integração regional, reforma tributária e da previdência, política fiscal etc.). Nesse sentido, a economia criativa relaciona-se com os conhecimentos da educação, especialmente superior, tecnologias da informação e comunicação (TICs), engenharia de processos e produtos, *design* etc. Nesse sentido, a economia criativa é parte de estratégias de transformação de outras partes da economia (agroindústria, siderurgia, celulose e papel, petroquímica, metais não ferrosos etc.). Segundo esta perspectiva, os objetivos são desenvolver o “salto tecnológico”, as vantagens comparativas de forma seletiva em setores de alta tecnologia – inclusive os setores de *software* e das TICs (Velloso, 2008; 2009).

É sobre essa economia criativa que o Ministério da Cultura (MinC) deseja falar? A última palavra para responder à questão é do próprio ministério, mas vamos nos aproximar, exercitando a memória, do que é política pública, como se processam as decisões e qual é a tradição do MinC em termos de objeto de política. Para a primeira questão, adiantamos que devem ser considerados de forma equilibrada os recursos disponíveis (financeiros e de gestão) e a vocação (ideias gerais, valores, conhecimentos etc.). Para a segunda, que o objeto das políticas são os circuitos culturais relacionados à produção artística e, mais recentemente, à valorização dos modos de vida diversos (com cosmovisões, saberes, fazeres, estilos de vida etc.).

---

2. Associamos desenvolvimento, democracia e cultura como processos integrados. A democracia cultural é um conjunto de processos de distribuição de bens, oportunidades, participação na criação e no sistema de decisões. Esse conjunto, por sua vez, se irradia para os processos contínuos de desenvolvimento, que significam crescente melhoria das condições de vida e reconhecimento de que formas alternativas de vida e cultura devem ser respeitadas em sua dignidade, inclusive por contribuírem com o desenvolvimento, o convívio e a interação dos diferentes; ou seja, por concorrerem para a interculturalidade. O desenvolvimento cultural, por sua vez, é o conjunto de transformações socioeconômicas e políticas que permitem a ampliação das atividades culturais, da interculturalidade e do reconhecimento da diversidade. (Silva e Araújo, 2010).

De uma maneira geral e um pouco simplificada, pode-se dizer que há três linhas de abordagem na reflexão sobre política pública. A primeira é centrada nos resultados globais e locais das políticas. Nesse caso, as medições sobre produto agregado e trabalho oferecem uma visão aproximada desses resultados.

A segunda abordagem é centrada nos impactos sobre os agentes culturais e nos efeitos gerados na organização dos circuitos de produção e difusão simbólica. O foco aqui é o fortalecimento de elos dos circuitos da economia criativa. A consolidação de cadeias, arranjos e redes, enfim, circuitos de produção e difusão, são objetivos aproximados.

E, finalmente, a abordagem centrada nos processos institucionais de produção econômica e nas suas relações com os poderes públicos. Nesse caso, o centro é o desenho institucional, a estrutura de incentivos públicos e as inter-relações estabelecidas entre agências públicas, agentes culturais e o contexto normativo.

Esse desenho é complexificado com a lembrança da presença de variados contextos de ação (local, nacional e internacional), das diversas esferas de atividades (música, filme e vídeo, TV e rádio, mercado editorial, *designer* e moda, artes visuais, artes cênicas e dança, cultura popular, publicidade, arquitetura, jogos e animação, gastronomia, turismo e tecnologia digital etc.) e dos efeitos dessas atividades nos circuitos culturais, nas redes urbanas e tecnológicas, nas comunicações e nas expectativas materiais e simbólicas dos profissionais e agentes envolvidos.

As atividades relacionadas às economias criativas são rotineiras e duradouras e integram-se em circuitos regulares. Mas podem ser movimentadas periodicamente, e, de fato, o são, em muitos casos, por eventos com maior ou menor amplitude (seminários, encontros, espetáculos, festas, salões, feiras, festivais, exposições etc.). Esses, por sua vez, se materializam em espaços e equipamentos específicos. Na verdade, a realização de eventos é uma das características da área cultural.

A organização de eventos públicos planejados, articulados interinstitucional (entre ministérios e órgãos) e intersetorialmente (setores criativos), é um dos instrumentos cruciais de ação. Essas intervenções organizadas permitem a realização de investimentos estratégicos por parte de agentes privados e públicos, valorizando e desenvolvendo instituições, equipamentos e recursos humanos.

Do ponto de vista da ação pública, entretanto, há variáveis que devem ser consideradas para além de ideias gerais orientadoras. As ideias gerais têm lugar decisivo nas políticas públicas, mas há a necessidade de articulá-las em torno de instrumentos de ação da forma mais precisa possível; a ação pública é, por definição, seletiva, e é bom que seus objetivos, suas estratégias, seus instrumentos e suas metas sejam claros e que as informações produzidas para avaliá-las componham a reflexão no momento da formulação e do planejamento.

É muito comum, por exemplo, que a geração de informações próprias de levantamentos gerais ou de pesquisas de teor censitário seja utilizada como argumento para a gestão. Mais apropriado, todavia, é que as informações para o monitoramento e a avaliação componham o desenho da política. Isso decorre de um fato simples: os recursos próprios para a política são, em geral, escassos, e sua mobilização envolve a escolha de parceiros e a delimitação de espaços de intervenção. Não se pode fazer tudo. Os agentes, mesmo os parceiros, não se mobilizam no mesmo tempo, nem com os mesmos objetivos.

Em geral, é necessário estabelecer um conjunto de ações a partir de resposta a questões simples: aonde se quer chegar com um conjunto de ações e em quanto tempo? Quais ações estão sob a governabilidade de quem as conduz para produzir os resultados? Quais ações privilegiar? Como incentivar os parceiros a agirem na mesma direção, com objetivos e temporalidades relativamente convergentes? Como medir os resultados? Depois, é necessário avaliar a coerência das respostas.

A combinação das respostas, finalmente, incorpora ideias gerais, uma lógica de programação de ações e modos de ação. Nas ideias gerais, um problema não é claro. Nos últimos anos, por exemplo, valorizou-se o direcionamento de recursos a partir da ideia de equidade, ou seja, mais recursos seriam direcionados àqueles que estariam excluídos dos mercados simbólicos mais dinâmicos. Então, se valorizou um sentido da ideia de cultura popular. Assim, é necessária a delimitação de quais setores da economia criativa serão objeto de ação direcionada a partir da reflexão a respeito dos recursos disponíveis.

Também é imprescindível refletir sobre quais instrumentos de ação são mais úteis para realizar as ideias gerais. Serão organizados em forma de uma miríade de eventos? Esses eventos serão organizados para fins comerciais, formação de público, para sedimentar circuitos culturais, formar e descobrir talentos etc.? Os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas serão tratados como oportunidade estruturante ou circunstancial para as economias criativas? É possível a articulação das duas estratégias, é possível organizá-los em redes? Ou a política mais adequada é a de fomento a ações culturais por meio de projetos ou conjuntos de projetos? Nesse caso, qual a noção de espacialidade, qual o arranjo institucional? Há intenção de articulação dos eventos em rede ou eles visam criar viabilidade para políticas de economia criativa locais?

A escolha dos instrumentos e das formas de ação não dá fim aos problemas, ao contrário, dá início a outras questões. Por exemplo, se a escolha pela organização da ação for o grande evento, então será necessário definir quem reconhece, onde, quantos e a forma como se realizará; qual será a periodicidade; quantos pequenos e médios eventos o comporão; e se estes seriam eventos especializados, temáticos ou genéricos. É necessário definir também a composição do financiamento entre

agentes públicos e privados e como será a participação de representantes públicos e privados em diversos momentos (na formulação, na implementação, nos momentos políticos etc.); definir quem participa; o padrão de organização espacial e distribuição dos eventos no tempo; e como se dará a chamada à participação; bem como o tempo de antecedência. Além disso, tem de se pensar como serão regulamentadas as obrigações, os deveres e as competências dos participantes e organizadores; como estes serão remunerados; como será a segurança dos objetos em exposição; se será concedida gratuidade ou não do acesso ao público geral, entre tantas outras questões. Ou seja, há uma questão aqui que diz respeito ao formato institucional, como será a pactuação das regras; se haverá plano que ordene e coordene as ações; se algum agente concentra funções executivas, normativas e reguladoras; e se algum agente produz, organiza e deposita jurisprudência, normas, documentos, relatórios de trabalho, balanços etc., com a finalidade de avaliação, reflexão crítica e como recurso de aprendizado institucional.

A economia criativa é o espaço de reencontro entre a lógica da necessidade da economia e da liberdade típica da criatividade cultural. Sua dinamização na forma de política pública permite reinventar funções políticas e simbólicas do Estado. Dessa forma, comércio e intercâmbios culturais, embora realizados nos mercados e por agentes culturais autônomos, deveriam, por princípio e também por necessidade política, se submeterem à lógica do bem público e dos processos democráticos da concertação e de *accountability*. Interesses particulares ganham espaço na dimensão pública da política nos quadros de valorização, reconhecimento da diversidade cultural e de sua associação com o desenvolvimento integral.

Nesse mesmo sentido, a economia criativa (relacionada às artes e aos modos tradicionais de vida) pode servir de ponto de apoio para reorganizar e ressignificar os espaços urbanos. Mas daí os atores se multiplicam e irradiam necessidades para outros setores das políticas públicas. Há que se avaliar se os esforços aqui não são demasiados para os primeiros passos de institucionalização da ideia de economia criativa como objeto de política pública. A imprecisão conceitual não deve levar ao abandono da ideia de economia criativa, cuja identidade local ainda deverá ser instituída, ao contrário, deve situá-la no contexto das políticas culturais transversais, intersetoriais e territoriais, quando acontecem intervenções coordenadas de múltiplas outras políticas. Assim, transversalidade e intersectorialidade devem se manter como ideal regulador, e são mesmo viáveis em certos projetos e ocasiões. Entretanto, o que é mesmo necessário é o ajustamento de recursos, vocação e instrumentos que demarquem um diferencial e uma identidade para a política cultural brasileira para a economia criativa. É perfeitamente viável a gradual ampliação do escopo das ações, na medida em que o programa for ganhando maturidade e dimensões institucionais.



### 3 OS EVENTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

A importância e, ao mesmo tempo, o desconhecimento sistemático sobre o impacto dos eventos no âmbito cultural fazem-nos retomar a perguntas simples: qual o significado e a pertinência dos eventos culturais contemporaneamente, especialmente no território de organização e configuração das cidades?

A resposta cética em relação aos eventos no campo da cultura indica a sua fugacidade e superficialidade. Mas podemos reformular o ceticismo afirmando que os eventos são constitutivos das políticas de cultura e com ela se relacionam de forma complexa.

Mostrar essa importância não envolve dilemas ideológicos sobre fundamentos, mas a organização de pesquisas e informações que nos permitam relacionar eventos e seus impactos. De alguma forma, envolve uma melhor delimitação do que sejam políticas culturais e suas relações com os eventos.

Delimitamos a ideia de política pública cultural da seguinte maneira:

as políticas públicas são assembleias que reúnem três planos diferentes do ponto de vista analítico: o cognitivo, o normativo e o operacional. No plano cognitivo, destacam-se as ideias, os princípios, os valores e as representações. As explicações, justificativas e enunciação de problemas também se desdobram nesse plano. Já o plano normativo mobiliza a cultura política para explicitar como traduzir os vários aspectos do plano cognitivo. Por fim, o plano operacional é onde se encontra a formulação das políticas públicas e seu desenho, sua implementação e execução, bem como sua avaliação e monitoramento. Aqui se localizam os planos de ação, editais, transferências, produção de documentos e normas (Silva, Conceição e Turbay, 2011, p. 5).<sup>3</sup>

As políticas públicas se relacionam com a resolução de problemas complexos e com impactos diretos e indiretos na transformação da vida social, e, especialmente, podem ser analisadas e averiguadas empiricamente (Silva e Labrea, 2014). Elas deslocam-se em múltiplos planos, e seus efeitos se desdobram em cada um deles. Elas impactam o plano cognitivo, mudando o imaginário; o plano normativo, afetando o comportamento dos atores envolvidos; e o plano operacional; sofrem as influências e impactam os demais planos. Para uma síntese, observe-se o esquema do quadro 1.

---

3. As políticas públicas não se situam no mesmo plano analítico das políticas governamentais ou de Estado. Estas se caracterizam pela luta por posições institucionais e simbólicas e pela competição em torno de visões particulares a respeito das orientações societárias. Aqui concorrem projetos de sociedade. Há muitas relações entre políticas culturais e políticas públicas, podendo haver apoios mútuos ou contradições entre elas.

## QUADRO 1

**Políticas públicas, uma definição a partir do raciocínio das ciências históricas**

Definição de política pública	Conceito	Elementos	Pressupostos da análise
Sistema de decisões públicas que objetiva, por meio de ações ou omissões, preventivas ou corretivas, manter ou modificar a realidade social, por intermédio de objetivos e estratégias de atuação e alocação de recursos necessários para atingir os objetivos.	Conjunto de decisões situacionais e estratégicas que objetivam manter ou modificar o contexto de forma a favorecer o atingimento de objetivos.	Ações estratégicas; ações contextuais; ações relacionais; e racionalidade situacional.	A análise é histórica e contextual; a avaliação é compreensiva; e os processos não se resumem às construções formais.

Elaboração do autor.

Os processos das políticas públicas impõem a análise de grande complexidade, a presença de muitos agentes que têm objetivos contraditórios, conflitivos e até mesmo antagonicos. Dessa forma, o conceito de política pública deve considerar esse detalhe: a política pública trata de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como por valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política (Saravia, 2006, p. 28-29).

Nesse quadro, adicionamos uma hipótese: os eventos culturais (ocupação de espaços, intervenções urbanas, festivais, circuitos culturais, *shows* etc.) são conjuntos de ações que permitem consolidar os objetivos das políticas públicas culturais, reconfigurando significados, realinhando elementos normativos e redesenhando o plano normativo. Os eventos mudam contextos, criam e recriam situações, facilitam a composição de alianças e recompõem alinhamentos políticos.

A avaliação dos impactos socioeconômicos implica aproximações empíricas desses planos, mas, em especial, pode-se dizer que não está centrada apenas nos resultados, mas também em processos e contextos de ação.

A avaliação implica levar em conta as heterogeneidades do objeto e da dinâmica de cada conjunto de eventos, sua continuidade e seus resultados agregados. Deve-se considerar a dialética entre resultados agregados, muitos deles influenciados pela dinâmica dos eventos, mas também pela capacidade indutora das políticas públicas. Entre as múltiplas interrogações que esse gênero de realização cultural – o evento – coloca, destaca-se a importância do evento na dinamização da vida institucional, cultural e econômica. Em geral, se considera apenas um dos dois polos, impacto institucional, impacto no dinamismo cultural ou na economia.

A interpretação a respeito dos eventos no contexto da cidade implica associá-los a diferentes dinâmicas: *i*) processos conjunturais de mobilização e seus desdobramentos institucionais; *ii*) processos de formação de público, ou de comunicação entre público e eventos (os públicos são mais ou menos atentos, mais ou menos envolvidos com a organização da cultura ou têm seus gostos mais ou mesmo formados); e *iii*) impactos dos investimentos no contexto territorial.

Os discursos e as iniciativas em torno da economia da cultura ou da economia criativa repõem a atualidade da questão. Entretanto, a questão exige respostas empíricas capazes de vincular e demonstrar concretamente como os eventos têm consequências institucionais, na formação do gosto, de valores e impactam nos dinamismos econômicos. Ou seja, responder a questões importantes sobre a economia dos bens simbólicos exige responder de forma complexa à ideia de impacto, buscando novas conexões de sentido, as quais associem os significados dos eventos a estratégias institucionais das políticas culturais. Na verdade, os eventos, no contexto concreto das economias culturais, movimentam, em tese, circuitos múltiplos de pequena e grande escala, pelos quais correm informações, recursos e pessoas. Os itens a seguir elencam aspectos importantes nos levantamentos empíricos.

- Recursos: a falta de recursos é um dos temas recorrentes e muito pouco conhecidos empiricamente na área das políticas culturais. A pertinência do tema, especialmente o do financiamento, decorre do seu caráter estruturante. Pouco se conhece sobre o desenho exato e as composições que permeiam as participações entre agentes públicos e privados no financiamento de eventos e ações de economia da cultura, tampouco dos atores envolvidos na implementação das ações.
- O número de agentes (pessoas físicas ou jurídicas) contratados para prestar serviços de ordem estrutural – como reforma, construção, sinalização, montagem de palcos, melhoria de instalações, alimentação, serviços específicos para a realização do evento (como alimentação, locação de equipamentos e espaço físico etc.) – e as despesas com essas contratações. Também são mobilizadas, por um lado, estratégias de capacitação formal e informal, as quais podem ser inferidas da participação de monitores e palestrantes, mas também de atores, cantores, bailarinos, palhaços etc. Por outro lado, há mobilização de recursos para a divulgação e a publicidade por intermédio dos meios de comunicação; da produção de material gráfico, como *banners*, guias, cartazes; além de intensa divulgação.
- Receitas: se é possível observar os eventos pela sua capacidade de injetar recursos nas economias locais, pagando, contratando e consumindo serviços, também é possível olhar o lado das receitas geradas com a realização do evento. Desse lado, podemos apontar os ingressos, as vendas e a ajuda financeira de patrocinadores, como os governos federal, estaduais e municipais etc.

- Público: os resultados mais importantes no que se refere à cultura são intangíveis, referindo-se às mudanças na formação do público nas suas atividades do dia a dia. Em eventos bem organizados, a periodicidade e o acompanhamento do número de participantes e da dinâmica das percepções dos atores torna-se algo estratégico. A partir da contagem da frequência do público e sua distribuição em atividades heterogêneas nos eventos, se podem mensurar a exposição do público a novas propostas simbólicas e estéticas ou a simples proposição de diversão. A qualificação das disposições do público é algo de grande relevância em levantamentos empíricos a respeito dos impactos culturais do evento no imaginário e nos fluxos da vida urbana. De toda sorte, os efeitos dos eventos na economia simbólica da cultura se faz sentir pelo fluxo de pessoas nos diferentes regimes de atividades propostos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos no âmbito da cultura podem ser comparados às grandes exposições, campeonatos de futebol, olimpíadas, feiras de comércio, artesanato e outros eventos culturais de grande porte. Há diferenças importantes entre esses conjuntos, mas certamente não em relação à complexidade das formas de organização e dos impactos dos eventos.

A organização desse gênero de atividade tem impactos importantes em termos políticos, simbólicos e econômicos. Devemos, a nosso ver, levantar hipóteses adicionais sobre a potencialização desses eventos em termos de ordenação e integração de circuitos de atividades culturais, ou seja, da possibilidade de ordenação política das atividades no longo prazo.

A necessidade de levantamentos empíricos permitiria a formulação de políticas e até a reformulação do papel das instituições na sua organização. O evento pode ser considerado um componente estratégico das políticas culturais, da economia da cultura e da economia criativa, e, assim, deveria ser avaliado em termos administrativos e no planejamento das instituições culturais nacionais e regionais que mobilizam instrumentos de políticas culturais, especialmente de financiamento, sem lhes reconhecer impactos e a necessidade de papel mais ativo.

Assim, o estudo socioeconômico dos eventos é objeto privilegiado para a problematização dos processos de articulação e mediação que acontecem entre os diversos atores, especialmente para os condutores de processos políticos globais e locais.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- DUMONT, L. **Homo Aequalis**. Santa Catarina: Edusc, 2000.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. v. 1.
- SILVA, F. A. B. Economia criativa: políticas públicas em construção. *In*: **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.
- SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E. (Coords.). **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: Ipea, 2010.
- SILVA, F. A. B.; CONCEIÇÃO, J. J.; TURBAY, P. F. F. **9ª Semana de Museus**: resultados do evento levantados por estudo socioeconômico. Brasília: Ibram, 2011.
- SILVA, F. A. B.; LABREA, V. V. (Orgs.). **Linhas gerais de um planejamento participativo para o programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2014.
- VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **O Brasil e a economia criativa**: um novo mundo nos trópicos. Rio Janeiro: Editora José Olympio, 2008.
- \_\_\_\_\_. Estratégia de “economia criativa”: sob o signo da incerteza. *In*: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

